

**1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura**  
**Ata da 91.<sup>a</sup> Sessão Ordinária**  
**Realizada em 22 de Junho de 1971**  
**(Têrça-Feira)**

Presidência do sr. deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Rosário Pitelli.

A Hora Régimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielso Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Mugiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Junior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofontes Villanueva (44); achando-se ausentes os srs. deputados: David Federmann, Francisco Escorsin e Lázaro Dumont (3).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETARIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETARIO — procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E :**

**REQUERIMENTOS:**

— De autoria do sr. deputado Marciano Baraniuk, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 27-68.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário,

REQUER seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de rezojo pelo transcurso do 28.<sup>o</sup> aniversário da SOCIEDADE EVANGÉLICA BENEFICENTE DE CURITIBA, que tantos e inegáveis serviços têm prestado à coletividade paranaense. — Mantenedora do Hospital Evangélico, Escola de Enfermagem e da Faculdade Evangélica de Medicina, a entidade que

reúne grande expressão da comunidade, realiza uma ação objetiva em favor do povo, no cumprimento do grande ideal do cristianismo — o de servir.

Requeiro, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Rev. Jairo Pôrto Alegre, DD. Presidente da Sociedade Evangélica Beneficente.

Sala das Sessões, 21 de junho de 1971.

(a) — Igo Losso

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, usando de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, seja dirigido apêlo ao senhor Diretor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem para que enseje, em ação conjunta com a Secretaria de Agricultura, a execução de um plano paisagístico, através do uso de atraente arborização e da formação de aprazíveis recantos ao longo das faixas de domínio das rodovias estaduais.

O objetivo dêste apêlo é a realização, dentro e nos limites da faixa de domínio de rodovias do Estado, pontos de estacionamento para repouso e sinalização viva. O plantio de árvores na aludida faixa constitui-se antiga aspiração de nossa gente, formando conquista do progresso que atingimos. Ressalte-se que a iniciativa pleiteada foi objeto de concretização por parte do Governo do Estado de São Paulo, com imitação por parte de outras unidades federativas.

Por seu turno, o plantio de árvores contribuirá, eficazmente, no combate à erosão, de vez que elas fixam, através suas raízes, o solo. No que tange à cerca viva, é de considerarmos que ela surge como verdadeiro "quebra-vento florestal", protegendo os veículos da ação perigosa do vento.

Corresponderá, obviamente, à Secretaria de Agricultura, o fornecimento de mudas de eucalipto, cinamomo, corticeira, mangueira, paineira, flamboyant, Eugênia, palmeira, pinus e bambú. O comando das ações pertencerá, como de direito, ao DER, assim como assistência técnica adequada ao êxito do empreendimento.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1971.

(a) — Wilson Brandão

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Paraná receberá a visita, próximamente, do sr. José Francisco de Moura Cavalcanti, presidente do INCRA, que aqui virá verificar "in loco" o problema de terras que ultimamente intranquiliza a região Oeste paranaense.

Seria oportuno que, aproveitando a estada de S. Exa., pudessem os srs. Deputados ouvir-lhe a opinião e os planos que tem quanto ao momentoso assunto. Assim, requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, que se convide o sr. José Francisco de Moura Cavalcanti, presidente do INCRA para, neste recinto, proferir palestra sobre as atividades do órgão que preside.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1971.

(a) — Armando Queiroz

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Considerando:

1 — Que o Deputado que este subscreve enviou, com aprovação da Casa requerimento dirigido ao exmo. sr. Secretário de Educação e Cultura, solicitando estudos daquela Pasta para a implantação de pelo menos 100 canchas de esportes, anualmente, nos estabelecimentos de ensino do Paraná, bem como pedindo a recuperação das canchas esportivas existentes, a maioria das quais, necessitando de amplas reformas;

2 — que, no mesmo requerimento foi ressaltada a necessidade do Es-

tado proporcionar aos estudantes a prática esportiva sob a orientação de professores legalmente habilitados;

3 — que, S. Exa., respondendo a aludida participação da Casa, através despacho do sr. Diretor do Departamento de Educação Física, prof. Rubens Marchand, informou que desde 1967 existem na SEC estudos neste sentido, os quais não foram, infelizmente, executados por falta de recursos orçamentários;

4 — que este Deputado, de há muito conhece a capacidade e a dedicação que orientam os trabalhos do Departamento de Educação Física da SEC, e, apesar dos pequenos recursos com que conta, muito tem feito em prol do desenvolvimento do esporte em nosso Estado, estando os seus componentes capacitados a realizarem perfeitamente a política de educação física no Paraná;

5 — que, na última semana, S. Exa. o sr. Ministro da Educação, informou que, com objetivo de estimular e desenvolver no território nacional a prática de todos os desportos, visando dar condições ao nosso País de, nas próximas Olimpíadas, bem como nas demais competições internacionais, participar com brilhantismo, alcançando os mesmos índices obtidos no futebol, destinará vultosa verba para este setor, notadamente ao atletismo;

6 — que, a verba a ser destinada, foi arrecadada de rendimentos obtidos com a Loteria Esportiva, e, sua distribuição, por certo, dependerá de plano de aplicação racional e objetivo, dentro da política administrativa do Governo federal, e, os Estados da Federação que anteciparem seus pedidos, como é natural, serão melhor aquinhoados,

Requeiro

a Mesa, na forma regimental, que se oficie ao exmo. sr. Secretário de Educação e Cultura, para que S. Exa. determine a constituição de um Grupo de Trabalhos integrados por funcionários do Departamento de Educação Física do Estado, com o fim principal de realizar estudos e planos de trabalho visando uma participação destacada do Paraná, no esquema federal de desenvolvimento do esporte no Brasil.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1971.

(a) — **Maurício Fruct**

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requerem seja informado ao excelentíssimo senhor Governador do Estado, das aspirações da população do Centro Oeste do Estado, especialmente a população do município de Guarapuava relacionadas com a inclusão da estrada Irati, Relógio, Pitanga, Roncador, escoadoura da produção do Noroeste paranaense.

Considerando, a importância sócio-econômica da cidade de Guarapuava, sua posição estratégica na região como centro de abastecimento e serviços é que, tomamos a iniciativa de pleitear junto a Vossa Excelência, no sentido de que o traçado da rodovia siga passando pelas localidades de Pitanga, Rio Bonito, Turvo, Palmeirinha e bifurque com a BR-277, em Guarapuava.

A medida, ora sugerida, não só atenderá justas aspirações de importantes núcleos habitacionais como também, trará economia ao erário estadual pela redução do trecho a ser construído.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1971.

(aa) — **João Mansur e**

**Nivaldo Krüger**

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, e na

forma do Regimento Interno, requer à Mesa que esta Casa se faça representar na Exposição Agro-Pecuária de Assaí, a realizar-se nos dias 26 e 27 próximos, na cidade de Assaí.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1971.

(aa) — Jorge Sato e  
Francisco Escorsin

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Considerando que os municípios de Neva Aurora, Altônia, Céu Azul, Campo Novo, Indianópolis, Matinhos, Marilena, Nova Olímpia, Pérola, Santa Helena e Tapira, não vêm recebendo as quotas que lhes cabem referentes ao Fundo Rodoviário Nacional, e do Fundo de Participação dos Municípios;

considerando que esses municípios fazem jús ao recebimento dessas quotas, nos termos da legislação federal que regula a matéria;

considerando, que já foram formulados diversos pedidos às autoridades federais que, no entanto, até agora não foram solucionados;

considerando que essa receita é indispensável para o progresso e desenvolvimento daquelas comunas;

Requerem os Deputados adiante assinados, na forma regimental, depois de ouvido o Plenário, que seja constituída uma Comissão de Deputados para ir à Capital Federal e ao Rio de Janeiro, a fim de gestionar junto às autoridades competentes, visando à liberação dessas quotas aos referidos municípios

Requerem, outrossim, seja comunicado pelo Telex, aos senadores Ney Braga, Accioly Filho e Mattos Leão, bem como à Bancada Paranaense na Câmara Federal, da reivindicação desses Municípios e das providências que estão sendo tomadas pelos seus representantes.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1971.

(aa) — Fual Nacli, Pinto Dias, Wilson Fortes, Odilon Reinhardt, Agui-naldo Pereira Lima, Ovidio Frauzoni e Xenofonte Villanueva.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que determine a expedição de ofício ao ilustríssimo senhor Superintendente da Administração do Porto de Parana-guá, naquela cidade litorânea, no sentido de que o mesmo pronuncie, nesta Casa, palestra sobre os problemas administrativos com que se defronta e as expectativas daquele porto no contexto das exportações paranaenses.

Este convite, como pode se depreender já no seu início, objetiva dar aos senhores Deputados, uma visão sobre um dos nossos principais setores econômicos e que vem merecendo às atenções do Governo federal, através de medidas para seu reaparelhamento e transformação administrativa. Por outro lado, poderá aquele ilustre homem público dar informações sobre o andamento das obras do novo Porto, próximo a Pontal do Sul e as implicações na construção de um grande ancoradouro em Rio Grande, conforme os planos do Governo da União.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1971.

(a) — Nelson Buffara

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI N. 110-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

SUMULA: "Isenta de impostos e taxas as Entidades Assistenciais, na forma que especifica".

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a isentar de impostos e taxas as Entidades Assistenciais existentes no Estado, que prestem, efetivamente, assistência social em todas as suas formas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1971.

(a) — Arizone Araújo

#### JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Plano de Lei isentar de impostos e taxas as Entidades Assistenciais existentes no Estado, que efetivamente prestem assistência social, em todas as suas formas. Tal medida se impõe, "data venia", pois ao Estado cabe assistir tais entidades, as quais de qualquer forma, prestam assistência à infância, à velhice, à maternidade e outras assemelhadas.

Em face de tais razões, apresentamos a presente proposição à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o necessário apoio e aprovação final.

#### PROJETO DE LEI N. 111-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no município de Guarapuava, no local denominado Serra da Esperança, um Parque Florestal.

Art. 2.º — Para a execução do artigo anterior fica, também, o Poder Executivo, autorizado a proceder a desapropriação de área de terras junto à BR-277, limites com o município de Prudentópolis, consignado no Orçamento Geral do Estado, verba para este fim.

Art. 3.º — A Secretaria da Agricultura caberá, administrar e coordenar a implantação do Parque.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1971.

(a) — Nivaldo Krüger

#### JUSTIFICATIVA:

É preocupação constante dos poderes públicos a conservação de áreas verdes para preservação, não só da fauna como da flora, bem como, também, para incrementar o desenvolvimento do turismo, através da construção de "campings" e locais reservados para acampamento.

O local proposto, que conta atualmente, com mais de cinco mil hectares de matas, é uma área ideal para a construção e implantação de um Parque Florestal, eis que localizada às margens da BR-277, limites com o município de Prudentópolis, lugar de fácil acesso, via turística dos países vizinhos, Argentina e Paraguai.

#### PROJETO DE LEI N. 112-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública o Hospital Amazonas Pereira Caldas, com sede no Município de Pinhão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1971.

(a) — João Mansur

**JUSTIFICATIVA:**

O Hospital Amazonas Pereira Caldas, fundado no mês de janeiro de 1966, além da assistência médico-hospitalar fornecida aos habitantes daquele Município, citamos a assistência fornecida aos indigentes.

Portanto, nada mais justo que seja declarado de utilidade pública o referido Hospital.

**PROJETO DE LEI N. 143-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica proibida toda e qualquer propaganda particular dentro das faixas de domínio das rodovias estaduais.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1971.

(a) — **Wilson Brandão**

**JUSTIFICATIVA:**

É fato comum deparar-se, nas margens de nossas rodovias, dentro das faixas de domínio do Estado, com grande quantidade de propaganda comercial pintada sobre árvores e pedras. Esta prática revela um hábito que muito depõe contra nossa ciosidade de salvaguarda de nosso patrimônio natural.

O SR. PRESIDENTE — Finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Arizone Araújo.

O SR. ARIZONE ARAÚJO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Pela primeira vez ocupamos a tribuna desta Casa, para trazer ao conhecimento dos ilustres srs. Deputados um problema que está agravando as Entidades Assistenciais do Estado do Paraná. Como é de conhecimento de todos, o problema de assistência social está afeto, em primeira mão, ao Estado. Em segundo lugar, através da magnanimidade do seu povo, que as subvencionam, é que estas Entidades têm tido condições de sobrevivência até o presente momento.

No entanto, sr. Presidente e srs. Deputados, o Projeto que apresentamos hoje, nesta Casa, visa reparar alguma coisa que réputamos errada, que está acontecendo com estas mesmas entidades. Haja visto o que no momento passamos a apresentar como exemplo. Temos o Asilo São Luiz, Entidade Assistencial que existe há mais de 15 anos em Curitiba, e que proporciona não só o acolhimento de menores, como também o ensinamento de profissões, dando o aprimoramento na educação. Esta Entidade, no entanto, está sendo onerada pelo Estado.

Apresento, neste momento, o talão do Departamento de Água e Esgoto, que taxou esta entidade em 1.232,70 por trimestre. Vejam a contradição. Se a missão assistencial é do Estado, este mesmo Estado está onerando esta Entidade.

Assim, espero a compreensão dos srs. Deputados para que o nosso Projeto mereça o apoio e o prestígio de todos.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente. Concedo a palavra ao sr. deputado Antônio Lopes Júnior, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Antes de entrar realmente no assunto que me trouxe, hoje, à Tribuna, quero expender algumas considerações a respeito de um requerimento, entrado há pouco na Mesa, de autoria do sr. deputado Nelson Buffara.

Pede, o ilustre Parlamentar, que a Mesa da Assembléia Legislativa convide o sr. Superintendente da Administração do Porto de Paranaguá para realizar, nesta Casa, em dia a ser marcado, uma palestra sobre problemas afetos à sua administração.

Acho a iniciativa das melhores possíveis. E quero crer que ela deve ser aceita pela maioria da Casa; não apenas aceito, mas quero aproveitar a oportunidade que se me oferece, neste momento, para sugerir à Casa, e talvez o façamos brevemente por escrito, para que todos os meses, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná convide um Ministro de Estado, um Secretário de Estado, um Professor de alto gabarito, uma pessoa da administração pública, ou autárquica, federal ou estadual, para que todos os meses tenhamos aqui uma personalidade importante, ligada à administração pública, para realizar uma palestra, e com quem possamos, após sua palestra, dialogar sobre problemas aqui expedidos.

É preciso, srs. Deputados, dar uma orientação diferente à nossa Casa, porque muita gente diz que os Legislativos, hoje, não têm mais o que fazer. É que realmente, estamos vivendo uma página nova na História da Pátria. É preciso, então, que este Legislativo tenha uma atribuição diferente, uma atribuição que acho de mais alta importância e que poderá trazer um proveito extraordinário para a administração e para a própria Assembléia, na elaboração das Leis que serão apresentadas nesta Casa.

O sr. Pinto Dis — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Antônio Lopes Júnior, V. Exa. está se solidarizando com a iniciativa do sr. deputado Nelson Buffara que é, realmente, uma iniciativa oportuna, pois todos sabemos que o "homem é produto do meio", e, se nos isolarmos da administração pública não teremos, é evidente, facilidade para discutirmos os seus problemas.

Entretanto, com essa iniciativa, com este propósito que merece nossa solidariedade, de trazer, à esta Casa, um secretário de Estado, um professor, um diretor de Departamento importante, e que proporcionará aos srs. Deputados condições para discutir, com conhecimento, os problemas. Isto trará, através do esclarecimento, a solução para tantos problemas.

Quero, sr. Deputado, solidarizar-me com a iniciativa de V. Exa. e do nobre deputado Nelson Buffara.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Agradeço o aparte de V. Exa., deputado Pinto Dias.

V. Exa. diz muito bem que não podemos viver isolados. E, nesta oportunidade, de nada adiantará à Assembléia Legislativa, ficarmos aqui a gritar, a afirmar que somos um poder civil, que somos um poder político, ficarmos aqui nos degladiando e nos debatendo, às vezes, em considerações a afirmações não verídicas; em considerações baseadas em artigos de jornal e outras coisas, quando, muitas vezes, estamos completamente fora do assunto em debate.

Portanto, nada, mais justo que tenhamos contato íntimo, permanente, com essas pessoas da administração, para que elas conheçam nosso pensamento e para que nós conheçamos o pensamento delas.

O sr. Mauricio Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Antônio Lopes Júnior, nós nos solidarizamos totalmente com o brilhante pronunciamento de V. Exa., bem como com o aparte do deputado Pinto Dias. Na oportunidade, há necessidade, permanente de comunicação entre os integrantes deste Poder com o encarregado de gerir e administrar o setor do Poder Executivo do Paraná. Como bem salientou V. Exa., de nada adianta uma informação truncada que chega a nós, Deputados; de nada adianta um conhecimento superficial do problema, para que situação e oposição nesta Casa, tragam o assunto à opinião pública.

Seria preciso apenas um entendimento mais direto com o encarregado

das diversas Secretarias, dos diversos Departamentos, que é o que está sendo feito pela maioria dos Deputados que compõem esta Casa.

Mas, continuando dentro do mesmo princípio do discurso de V. Exa., gostaríamos de acrescentar que, na preconizada reforma que se faz do Regimento Interno da Casa, — e V. Exa. é o Presidente da Comissão — deverá ser incluída no Regimento a possibilidade, aos integrantes dos diversos Departamentos, dos diversos titulares das Secretarias, de comparecerem a esta Casa, sem maior rigor, sem necessidade de protocolo, a fim de debater franca e abertamente com os srs. Deputados os problemas de sua Pasta.

Com isso, temos certeza, haverá mais entendimento entre o Legislativo e o Executivo, e quem sairá ganhando, será apenas o povo do Paraná; será o nosso Estado, cujas realizações, cujos projetos, em função desse entendimento, serão, por certo, muito maiores.

Portanto, meus cumprimentos a V. Exa. pelo brilhante discurso, e endosso também as considerações do inclito deputado Pinto Dias.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Agradeço o aparte do ilustre Deputado.

V. Exa. colocou muito bem o problema, quando se referiu à comunicação. Estamos na época das comunicações sociais. Realmente, não se conceberia que ficássemos aqui, isoladamente, como disse o deputado Pinto Dias; deixássemos de ouvir, de conhecer de perto problemas afetos à administração pública.

Nós temos, por exemplo, um problema de certa gravidade, de certa importância, que precisaria ter atendimento mais íntimo, aqui no Paraná, que é o problema de terras.

Por exemplo, nós poderíamos ter aqui a presença, um dia, a nosso convite, do Presidente do INCRA, e então ele exporia para nós a política agrária do INCRA, e nós exporíamos a S. Exa. os problemas graves que temos aqui no Paraná.

O sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Foi oportuníssima a lembrança de V. Exa., porque, inclusive, os jornais de hoje estão anunciando que o Presidente do Incra estará no Paraná. Seria de conveniência que nós, ou a Comissão Executiva, promovéssemos um expediente, no sentido de fazer esse convite e trazer S. Exa. a este Plenário, para que nos esclareça sobre esse problema que, no momento, está causando apreensão e preocupação no sudoeste.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — É das mais úteis a sugestão de V. Exa. e, neste instante, então, eu faço um apelo à Mesa para que convide S. Exa. o sr. Presidente do INCRA, para fazer uma palestra no Plenário desta Casa, quando S. Exa. vier ao Paraná.

Pediria ao nobre deputado Armando Queiroz, que fizesse a fineza de formalizar esse ato, requerendo por escrito, à Mesa, para que seja convidado o sr. Presidente do INCRA.

Será uma grande oportunidade de nós termos conhecimento pleno da política agrária adotada pelo Instituto.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Venho acompanhando a exposição do ilustre Deputado, e quero demonstrar a minha satisfação, em nome da nossa bancada, pela maneira como V. Exa. vem se manifestando sobre o requerimento do sr. deputado Nelson Buffara, que tem por finalidade, dar oportunidade ao superintendente do Porto de Paranaguá vir a esta Assembléia expor seus problemas, dar a esta Casa conhecimento sobre as perspectivas da política portuária.

Vejo que V. Exa. está com as idéias voltadas para o mesmo sentido que nós pleiteamos, que é o de fazer com que este Poder realize, entre as áreas produtoras, entre as administrações de Departamentos e de Secretarias, um entrosamento. Isto me parece essencial para salvar a virilidade deste Poder, porque, se ele se fixar somente na política, haverá o perigo da es-



tagnação, enquanto que, se nos voltarmos para o campo econômico teremos, sem dúvida alguma, um final fértil, mais objetivo, e estaremos cumprindo a missão que o povo nos incumbiu nesta Casa.

Portanto, congratulo-me com V. Exa. e agradeço as palavras elogiosas e de apoio ao requerimento do deputado Nelson Buffara.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Com o requerimento do deputado Nelson Buffara surgiu uma idéia magnífica, qual seja, a de não convidar somente o Superintendente do Porto de Paranaguá para realizar uma palestra, mas sim que a Assembléia Legislativa todos os meses convidasse uma personalidade das administrações federal e estadual.

O aparte do sr. deputado Nivaldo Krüger nos dá a idéia de prolongar mais ainda. Poderíamos também trazer personalidades das classes produtoras e das classes trabalhadoras, porque é conversando que a gente se entende.

Ao tempo em que fui professor, por longos anos, presenciei um fato muito interessante.

O sr. Acyr José — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Queremos também nos juntar à manifestação dos colegas que nos antecederam. Acho que está em tempo de relacionarmos a prioridade das coisas que devemos realizar, para que possamos implantar em nossa terra aquilo que imaginamos ser uma boa sociedade.

Isto poderá ser realizado com aquilo que V. Exa., neste instante transmite à Casa, através de um requerimento formulado a este Poder pelo ilustre deputado Nelson Buffara. Vejo, sinto e posso perceber até que, através do diálogo, que é permitido pelo nosso regime democrático, podemos trazer para nós dar explicações, os Diretores de Departamento, os Secretários de Estado, o Superintendente do Porto de Paranaguá, conforme pedido feito a esta Casa. Além do mais, quero cumprimentar a idéia feliz e inspirada do líder do MDB, para trazer cá, também, os homens do comércio e da Indústria, numa implantação nova que trará frutos sadios ao Poder Legislativo. Queira, nobre deputado Antônio Lopes Júnior, receber neste momento os nossos cumprimentos por esta feliz iniciativa, que tantos benefícios trará a esta Casa Legislativa. Era o aparte.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Agradeço, nobre deputado Acyr José, o aparte de V. Exa., bem como do nobre líder do MDB, deputado Nivaldo Krüger. Mas como eu ia dizendo, ao tempo em que eu era professor, tive a oportunidade de abordar um fato muito interessante. Numa turma do 1.º ano do Ginásio, com garotos de 11, 12 e 13 anos, não sei porque motivo, foi parar um homem de 28 anos de idade, pai de 4 filhos, que parecia até com pouca experiência da vida. Eu então acompanhei os 4 anos desta turma como professor de português, e observei que, quando chegávamos ao 4.º ano, aqueles garotos que estavam com 15 e 16 anos, eram muito mais ajuizados que aqueles das outras turmas, em compensação, este que já estava nos seus 32 anos, era mais infantil que os homens da sua idade. Isso, srs. Deputados, demonstra que ninguém vai apenas ensinar; todos aqueles que ensinam, aprendem também. Portanto, poderá vir aqui até o Reitor da Universidade do Brasil fazer palestras, ele não virá apenas ensinar os srs. Deputados que aqui estão, mas virá também aprender conosco, muita coisa que pretendemos; é o que queremos com esta união de esforços, que com estas palestras que serão programadas nesta Casa, possamos aprender também, possam também os outros aprender conosco. Porque o que trazemos, é a experiência do interior do Estado, o que trazemos é a experiência da vida, é a experiência das lutas, para que, num conjunto de alta teoria, com a prática e com a experiência possam resultar boas Leis para a nossa Pátria, mas possa resultar também, por parte dos Poderes, boas ações, providas de uma boa administração, porque é disso que carece a nossa Pátria, é disso que carece o Estado do Paraná, é disso que carece o povo brasileiro.

O sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quero inicialmente agradecer a V. Exa. a demonstração de solidariedade que faz desta Tribuna, ao requerimento endereçado à Mesa Executiva, a fim de que o Superintendente do Porto de Paranaguá venha a esta Casa, para prestar esclarecimentos, num sentido construtivo. Foi um convite meramente informal, num sentido altamente patriótico, àqueles ilustres homens públicos, para que tragam a esta Casa uma série de orientações e subsídios que devemos receber para que possamos, com isso, legislar melhor. E, ao agradecer a V. Exa., faço-o também aos nobres deputados Armando Queiroz e Acyr José, que também manifestaram sua solidariedade ao nosso requerimento. E a intenção do MDB é esta, de fazer com que haja um congraçamento entre os diretores de autarquias, como é o caso do Porto de Paranaguá. Também estamos de pleno acôrdo com a iniciativa de V. Exa., preconizada desta Tribuna, para que estes ilustres homens públicos do nosso Estado venham a esta Casa prestar estes esclarecimentos. Era o aparte.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Agradeço o aparte do nobre autor do requerimento que deu origem à nossa palestra inicial, inclusive os apartes dos srs. deputados Armando Queiroz e Acyr José.

Oxalá esta Assembléia sempre se coloque nesta posição, elevando os princípios dos postulados de luta e a vontade de construir nesta Casa.

Assim estejamos todos, Deputados da ARENA e do MDB, unidos num só pensamento, para a grandeza do Estado do Paraná.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para também consignar as minhas congratulações pela brilhante exposição que V. Exa. faz desta tribuna, congratulações essas extensivas ao brilhante deputado Nelson Buffara, pela sua idéia de convocar o Diretor do Porto de Paranaguá, para aqui vir, expor suas metas de trabalhos, e fazer uma explanação com relação àquêle porto do nosso Estado. V. Exa. está pleno de razões e os Deputados que o apartearam também, quando afirmam que deve haver êsse entrosamento entre os detentores do Poder Executivo e os componentes do Poder Legislativo, uma vez que nessa troca de idéias, neste diálogo e nessa troca de informações, ambos, nós do Poder Legislativo e eles do Poder Executivo, poderemos, com melhor propriedade, cumprir a nossa missão. V. Exa. está portanto de parabéns, pela exposição que hoje faz dessa tribuna.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Agradeço o aparte de V. Exa. e devo dizer que está de parabéns o Poder Legislativo do Paraná, pela sua unidade de pensamento, em torno dos altos interesses do nosso Estado.

Mas, sr. Presidente, srs. Deputados, prosseguindo então agora, nos assuntos que me traziam de início à esta tribuna. Não faz muitos dias, o ilustre deputado Igo Losso fez aqui uma denúncia bastante grave: — em frente de colégios de nossa cidade, aonde as crianças e os jovens vão aprender, estavam ou estão vendendo sorvete com psicotrópicos; vendendo pipocas, que em vez de sal tem tóxico, também, para envenenar a infância e a juventude.

Esta notícia ficou fervilhando a minha cabeça até que, domingo último, de noite, inopinadamente chegando em casa, vejo na tela da televisão, Flávio Cavalcanti, no seu programa dominical, fazer a mesma denúncia: que na Guanabara e em São Paulo, estão vendendo e até dando chocolates e balas, com tóxicos. E, exibiu àquêle homem de televisão, as balas e os chocolates arrancados das mãos destes que querem anarquizar com o futuro da pátria anarquizando com a juventude brasileira.

Aquêle homem de televisão, preconizou para êsses, a pena de morte, e eu estou de pleno acôrdo, como estou de pleno acôrdo com os bispos brasileiros, quando afirmaram que era preciso ter compaixão dos jovens viciados; era preciso amá-los, e compreendê-los e orientá-los. Mas era preciso ser implacável, duramente implacável, com os traficantes de tóxicos, contra aquê-

des que não tripudiam em vender, em dar, e em viciar os jovens e a infância brasileira.

E isto, caríssimos ouvintes, faz-me lembrar que há seis ou sete anos fiz uma denúncia, não me lembro se foi numa conferência ou nesta Casa, de que se formava um complot contra a sociedade, contra a civilização cristã no mundo e, a exemplo de outros países da América do Sul, estava sendo iniciada em nossa Pátria a disseminação de tudo que não presta, para destruir os fundamentos da família brasileira, para destruir os fundamentos da sociedade cristã.

Isto parte, naturalmente, das hordas comunistas que sabem que somente a religião e a família têm capacidade para por uma barreira à onda bolchevista que tenta, a todo o custo, dominar o mundo. Verificamos que os tóxicos estão nesta trilha. Acho que para os traficantes deve existir, realmente, a pena de morte, porque considero isto um problema de segurança nacional. Tudo que compromete o futuro da Nação, tudo que compromete a estabilidade da família brasileira, é problema de segurança nacional.

Mas não é só o tóxico. Parece que há mesmo uma conjura contra a juventude e a infância. Vemos o cinema imoral. É só procurar, no dia de hoje, os cinemas da Capital e o que encontramos são filmes eróticos, nada mais. Quando não são eróticos são violentos. Apela para a violência. Um pai de família não pode, em sua consciência, levar seus filhos para assistirem 90% dos filmes que passam na Capital.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. descreve um quadro triste e que, infelizmente, é verdadeiro. V. Exa. fala que existe uma conjura contra a juventude e a infância. Gostaria que V. Exa. nos respondesse a que atribui esta conjura.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Dificil, deputado Sebastião Rodrigues, seria nomear os responsáveis.

Esta conjura parte, naturalmente da força. Esta força é oculta, não se vê com os olhos materiais, mas percebe-se a ação destruidora em toda a parte. Seja distribuidor de tóxicos, seja exibidor de cinema, seja fabricante de cinema. Sejam artistas de teatro que surgem, como tivemos há pouco um tal de Ari Toledo, que é artista, mas que, em vez de usar a arte no bom sentido, traz a arte no mais baixo calão, mais baixo talvez que nos prostíbulos mais vagabundos, onde talvez não se ouçam as palavras que foram ditas no Teatro Guafra, frente ao microfone, para uma enorme assistência que pagou 15 cruzeiros de entrada para assistir bandalheiras.

O sr. Igo Losso — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Quero solidarizar-me com V. Exa. quando faz, desta tribuna, veemente protesto contra esta verdadeira pornografia que publicamente está sendo divulgada através do teatro. Como frisou V. Exa., o teatro deveria ser uma escola de cultura e aprendizado, mas hoje está sendo o inverso. Está sendo uma escola onde a juventude é desorientada dos seus princípios que devem nortear a sua vida futura.

Quero ainda relembrar a V. Exa. que o próprio Secretário de Educação e Cultura que havia recebido um convite, ali compareceu e não pôde ficar mais de dez minutos, retirando-se como protesto diante daquilo que era dito e difundido dentro de um sistema de difusão pública o mais torpe possível.

Não compareço a cerimônias dessa natureza, mas tive conhecimento, através de amigos que ali foram, menos avisados, que saíram horrorizados e perguntando até onde estava nossa censura que não bane espetáculos dessa natureza.

Quero solidarizar-me com V. Exa. neste particular. E também no que V. Exa. fez referência à denúncia que fiz nesta Casa, devo dizer que estive com o Delegado adjunto à Delegacia de Tóxicos e Entorpetentes e ele me trouxe ao conhecimento mais alguns fatos estupefacentes que estão se verificando no que concerne ao tráfico da maconha. E ele me informava de que,

principalmente na Estação Rodoviária de Curitiba, é grande o número de elementos que, exercendo as mais diferentes profissões, se prestam a fazer o tráfico da maconha. Então, chega o interiorano, o homem destinado a passar essa mercadoria em Curitiba, descendo na Rodoviária, através de sinais próprios, encontra-se com esses elementos, e a maconha é vendida, ora nas barbearias, ora nas mercearias, ora nos bares.

De forma que, lamentavelmente, nobre Deputado, o problema é mais sério do que pensamos, é preciso ser combatido com mais intensidade.

Não assistimos o programa de Flávio Cavalcanti, mas outras pessoas nos informaram que ele fez uma denúncia em idênticas condições, e talvez até melhor ilustrada do que aquela que fiz. Portanto, os homens de bem têm que se unir para preservar nossa Nação, para preservar nossa mocidade, não só no que concerne aos tóxicos, no sentido prático, mas também aos tóxicos mentais que são representados pela má influência, acarretada por artistas, pelo rádio, pela imprensa e pela própria televisão.

Era o aparte que queria oferecer a V. Exa..

O sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Inicialmente, quero cumprimentá-lo, deputado Antônio Lopes Júnior, pelo tema que V. Exa. está abordando nessa tribuna, pois trata-se, realmente, de uma preocupação para com a mocidade de nosso País, quando se nota o perigo a que estão expostos jovens, na atualidade.

Em segundo lugar, nobre Deputado, quero também cumprimentá-lo pelo alerta que faz, dessa tribuna, à Secretaria de Educação e Cultura, no que se refere a espetáculos levados a efeito no Teatro Guaíra.

No mérito do espetáculo não podemos entrar, porque não o assistimos. Mas, apenas gostaria de lembrar que cabe censura a quem permitiu a realização de tal espetáculo. Porque foi autorizada a realização de um espetáculo torpe como esse pelo órgão competente da Secretaria de Educação e Cultura de nosso Estado.

Portanto, é preciso que se alerte o sr. Secretário de Educação e Cultura para que se precavenha em eventualidade dessa natureza.

O sr. Armando Quiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Ao que me parece, nobre Deputado, o problema que V. Exa. está discutindo com referência a esse espetáculo realizado no Teatro Guaíra, cuja responsabilidade o nobre deputado Alvaro Dias atribuiu à Secretaria de Educação e Cultura, não está bem colocado. Porque, realmente, quem faz a censura, quem libera, quem proíbe, é o Governo federal, através de seu departamento próprio.

O Estado do Paraná apenas cedeu, não sei se gratuitamente, ou alugado, o Teatro Guaíra, para que esse espetáculo fosse realizado, por uma temporada, por um prazo a ser cumprido.

No entanto, para que não pairasse dúvidas sobre o comportamento do Governo do Estado, este, através da Secretaria de Educação, mandou afixar, na porta do Teatro, uma informação de que aquele espetáculo não estava sendo subvencionado pelo Estado.

Portanto, nenhuma responsabilidade poderia ser atribuída ao atual Secretário de Educação e Cultura, e, por via indireta, ao Governo do Estado.

Então fica assim esclarecido esse episódio. Problema de censura não é da alçada do sr. Secretário de Educação. Problema de subvenção a teatro, também não ocorreu, isso se tornou público. De modo que fica assim bem situado, bem exposto o problema, para que não se queira culpar quem não merece. Era o aparte.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Agradeço o aparte de V. Exa., e, prosseguindo, devo dizer que acredito realmente numa conjura contra a infância e a juventude, por identidade e seqüência de ação.

Nós vemos, por exemplo, o cinema. Para que serve o cinema? Entendo que serve para instruir ou para divertir. Ora, um filme 100% erótico, que

instrução poderá dar a um jovem? Nenhuma. Que espécie de divertimento pode dar a alguém? Nenhum.

Pelo contrário, traz muitas vezes angústia e é por esse motivo que nós vemos quantos e quantos espetáculos deprimentes nas ruas de Curitiba, e que tiveram início naquelas duas horas de projeção cinematográfica em que o autor dessa ação na rua, na via pública, esteve ali durante duas horas, sentado, sendo carregado constantemente pela carga elétrica das emoções eróticas e saiu dali desesperado.

Quem não conhece os jovens poderá pensar que isso não tenha mal nenhum. Mas, imaginamos um moço de 18 ou 20 anos, inexperiente, que assiste durante duas horas essa carga permanente de erotismo. Sai dali angustiado e tem que abrir a válvula de escape para alguma coisa. E é por esse motivo, que muitas vezes existem as chamadas "curras", pegam mocinhas indefesas, 4 ou 5 moços e fazem o que bem entendem.

Aprenderam nas telas de cinema, saem dali com a cabeça povoada de erotismo e violência e, não podendo fazer como outros fazem, outros que têm dinheiro, às vezes cometem as mesmas falhas, "apelam para a ignorância", como se diz na gíria e é por isso que matam motoristas e cometem uma série de crimes que não cometeriam, se saíssem de um espetáculo edificante, onde mostrasse o ardor de um amor puro, mostrasse o encantamento da vida ou até mesmo o sofrimento da vida, mas no bom sentido.

É por este motivo, sr. Presidente, srs. Deputados, que eu me revolto contra esse tipo de cinema, que está na mesma trilha do viciamento da juventude com o dopes. Ficam na porta dos colégios, viciando as meninas, os garotos, os jovens. E é por isso que se entregam a essa obra nefanda de destruição dos fundamentos cristãos da Pátria brasileira: assim agem todos aqueles que querem a destruição do Brasil. Uns porque querem a destruição dos fundamentos cristãos da família brasileira: outros porque pensam apenas no dinheiro que vão ganhar. Eles não pensam nas dificuldades que podem realizar. Eles não pensam nas lágrimas que podem causar a uma mãe; eles não pensam no desespero que podem trazer a um pai de família; eles pensam apenas no dinheiro que vão ganhar. É por isto que traficam, é por isto que ajudam a destruir o futuro da Nação brasileira, através da juventude.

Isto não é só. Verificamos verdadeiras espeluncas de jogo no início da Av. Luiz Xavier, espeluncas vergonhosas onde estão crianças menores, jovens jogando, perdendo tempo. Muitos deles com cadernos em baixo do braço. Em vez de estarem estudando estão "atucanando" a paciência de todos que por ali passam, perdendo tempo e dinheiro.

O problema da educação não se restringe apenas dentro de uma sala de aula. Educação é um assunto amplo, começa no lar e termina na escola.

Vejam o que me dizem inúmeros chefes de família, principalmente aqueles que se preocupam com o futuro de seus filhos e o futuro da Pátria.

"Estou num dilema formidável, tenho um verdadeiro drama de consciência. Quantas e quantas vezes acordo à noite e fico me perguntando: de que modo poderei ensinar a meu filho? de que modo poderei educar meu filho? Devo educá-lo para o bem, para a bondade? Se educo meu filho para que tenha a noção completa de responsabilidade, de civilidade e de respeito para com os mais velhos, para com os cabelos brancos, para com as mulheres, fico pensando — mas ele vai viver num mundo de violência, num mundo de erotismo e será então massacrado violentamente."

Entretanto, diz esse mesmo pai, "se advirto meu filho de todas as loucuras deste mundo, se o advirto contra tudo isto, ele poderá tornar-se violento e destruidor. Então, em razão de tudo isto fico pensando — como devo proceder para educá-lo?"

Este é o drama doloroso de todos aqueles que têm filhos e que pensam no futuro da Nação brasileira.

O sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Este assunto machuca e fere. Somente aquele que não tiver alma poderá não sentir a profundidade deste problema que vem se alstrando cada vez mais.

V. Exa. está abordando, neste instante, a passagem da realidade — os pais têm dificuldade em evitar que os filhos vão para este lado.

Entretanto, o diálogo é bom porque daqui poderá sair uma sugestão, uma idéia para que alguém tome providências. Mas, vejo uma grande dificuldade se os pais encontram dificuldade de conduzir seus filhos para o caminho correto, os mestres encontrarão dificuldade ainda maior porque a convivência dos mestres com os alunos são de poucas horas por dia, então é quase um problema nacional, é um problema de todos, é um problema dos srs. Deputados, do Governo, das autoridades, da imprensa, dos partidos, das instituições, dos grupos de serviço. Há quase que uma necessidade de aglutinação total para sanar o povo desse mal tão grave.

Entretanto, lembro-me, quando moço, com 15 ou 16 anos de idade, o país mais comentado nessa faixa de irresponsabilidade, principalmente dos jovens, um país que gozava de um certo conceito, era a França. A França era um país que não tinha o respeito das demais nações pela conduta de seu povo. Entretanto, sentimos que a França recuperou o seu conceito quando, um dia, convocou seu povo para uma recuperação, principalmente em relação ao problema moral.

Dai, o nosso desejo de contribuir, de fazer uma sugestão, quem sabe a constituição de uma Comissão especial, para sugerir alguma coisa ao Ministério, ao Governo federal, às autoridades estaduais, quem sabe se poderá partir do Paraná uma sugestão para que se detenha um pouco esse problema tão grave, tão triste, para a humanidade, e principalmente para o Brasil.

Era o aparte.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Ilustre Deputado, vejo que V. Exa. compreendeu bem o drama que procurei aqui pintar rapidamente, mas ele é mais dramático ainda. Desejo, na realidade, que aqueles que aqui estão, os srs. Deputados, os que me ouvem, ajudem a resolver este problema tão crucial e que é muito mais trágico do que aquilo que estamos dizendo.

Disse muito bem, V. Exa., deputado Pinto Dias, ao preconizar que, para isso, há necessidade de uma união total, a fim de que se dê um paradeiro nesta disparidade. Na realidade, sr. Presidente, srs. Deputados, assim como houve uma conjura total das forças do mal contra a infância, contra a juventude, portanto, contra o futuro, é preciso que, em contra-partida, haja uma conjura total das forças do bem para combater o mal.

É uma luta permanente esta, que vem desde os princípios do cristianismo mas que não deve parar e que precisa ter em tudo, um soldado combativo.

O sr. Igo Losso — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Nobre Deputado, sabemos dentro do espírito profético que a Bíblia nos apresenta, que o mundo marchará de mal a pior. Inegavelmente, esta deterioração das famílias e da juventude, haverá de ter a sua sequência através dos tempos. Haverá de ocorrer uma época em que os filhos haverão de apresentar condições de desobediência, de ingratidão e de incompreensão. E o que haremos de presenciar hoje? Os choques de graça. No entanto, naquela oportunidade, eles salientavam que as principais consequências seriam advindas do mau exemplo dos adultos, pela omissão própria dos adultos, pela omissão dos próprios homens, que deveriam ter a responsabilidade cristã. E que essa omissão haverá de se avolumar tanto que o próprio Mestre chegou a fazer um debate, se por ventura existirão homens, mulheres, famílias que haverão de manter o princípio da dignidade, do respeito a Deus, do respeito ao próximo, como ele veio aqui para pregar, ensinar?

Nós que procuramos, com as nossas exposições, manter este princípio como homens conscientes do nosso dever, da nossa responsabilidade, quando eu falo nós, falo de todos aqueles que pensam e se preocupam com os destinos

do nosso Brasil; mais do que nunca se faz necessário que deixemos expresso o bom exemplo. Que procuremos ater-nos ao espírito de religiosidade do cristianismo fraternal para que este exemplo à juventude possa encontrar aspiração para suas lutas e para que possam os homens de hoje realmente vencerem as dificuldades; as vicissitudes que estão naturalmente colocados diante do seu caminhar.

O SR. ANTÔNIO LOPES JUNIOR — Agradeço o apante de V. Exa. que estuda, sob o ângulo cristão, o problema que aflige a humanidade, há tantos e tantos anos. Na verdade, o homem em si não é mal, mas é às vezes está a serviço do mal. Nós tivemos entre os 12 apóstolos, Pedro, que estava a serviço do bem; tivemos Judas que não era mal, mas estava a serviço do mal. Oxalá as forças do bem possam sobrepujar as forças do mal. Isto que nós vamos estudar, conforme alvitrou o deputado Pinto Dias, algumas medidas para que o Paraná talvez possa vir a sugerir alguma coisa de extraor. dinário nesse plano da educação, que é o mais importante de todos os setores.

Porque na realidade, sr. Presidente; srs. Deputados, para quem é pai, não há nada mais doloroso do que isto: e eu quero dizer a todos os srs. um fato ocorrido com um amigo meu, advogado brilhante, que teve um filho que veio estudar em Curitiba. Aqui veio em contacto com professores subversivos, foi conduzido à subversão; em contacto com leitura pornográfica, foi conduzido à pornografia; e com leitura subversiva, foi conduzido à subversão.

Este môço, na Revolução de 64 foi prêso. Acabou; é hoje um líder comunista em Paris. Não está mais no Brasil. E eu fico pensando, filho de um grande amigo meu, que pensa como eu, que é religioso como eu; fomos Marianos juntos, na mesma Congregação. Por que será que o filho ficou assim? Não há drama maior do que êsse, srs. Deputados, do que um pai, que criou com tanto amor e com tanto desvêlo uma criança, que ficou várias e várias horas indormidas, atendendo seu filho, quando criança; dias difíceis que teve na infância; que viu sua mulher gastar sua saúde, acompanhando dia a dia a vida do seu filho e que se esforçou e que muitas vezes se privou de bens materiais para que pudesse encaminhar seu filho; depois do ginásio, quando o acompanhou com desvêlo não o queria em más companhias, procurou acompanhá-lo sempre e sempre. Perdeu-o mais tarde na cidade grande de cimento armado. Perdeu esta criança que ficou adulta nas ruas asfaltadas e não há nada mais doloroso do que isto, do que o pai chegar frente à frente com seu filho, olhá-lo e verificar que ele não é mais seu filho. Verificar que ele tem o cabelo da cor do cabelo de sua esposa, o cabelo da sua mãe, mas não é o filho daquela mãe que tem os olhos brilhantes, mas não é mais o seu filho. Um jovem que fisicamente é como o pai; é como a mãe mas que, espiritualmente, não é mais o seu filho. Não haverá dor maior para um pai, srs. Deputados, do que esta, de perder um filho, sabendo que ele vive.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem um minuto para concluir sua oração.

O SR. ANTÔNIO LOPES JUNIOR — ...

O sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Quando V. Exa. aborda com tanta propriedade este assunto, gostaria de lembrar algo que faz com que se fique estarecido e pasmado. É que o Ministério da Educação tem patrocinado a confecção de diversos filmes que, depois de concluídos, não podem ser exibidos porque a censura não deixa. Veja o descuido deste Ministério em não fiscalizar a filmagem porque, se está investindo, tem, conseqüentemente, que saber o que se está produzindo, tem que acompanhar o roteiro de maneira a que não seja alterado. É um acontecimento de estarecer. Quer dizer que hoje, no cinema nacional, a

preocupação não é de fazer cinema construtivo, mas de ganhar prêmio no Festival de Cannes. Sabem que para ganhar, no Festival, é preciso fazer coisas que choquem, que se sobrepujam a tudo que diz respeito à moral, porque do contrário não haverá o impacto. Neste aspecto de conquistar galardão, o Brasil produz só porcarias que servem apenas para conspurcar. Era o aparte, para que vejam que até dentro do Ministério da Educação existe esta falha.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — O assunto que V. Exa. traz é de certa gravidade e talvez venha a servir de tema, em futuro próximo, quando aprovada a idéia inicial do discurso nesta tarde, para que a Assembléia convide o ministro Jarbas Passarinho para aqui vir e ouvir de nós esta realidade.

Saio da tribuna plenamente satisfeito porque acho que a Assembléia Legislativa cumpriu uma de suas grandes finalidades que é tratar de problemas que dizem respeito ao fundamento do futuro da Pátria brasileira. — (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Wilson Brandão, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Arizone Araújo, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

— **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 63-70, que cria na sede do Município de Engenheiro Beltrão, uma Inspetoria Regional de Ensino, também com jurisdição nos Municípios de Quinta do Sol, Fênix e Barbosa Ferraz. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 63-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica criada, na sede do Município de Engenheiro Beltrão, uma Inspetoria Regional de Ensino, também com jurisdição dos Municípios de Quinta do Sol, Fênix e Barbosa Ferraz.

Art. 2.º — Para o funcionamento da Inspetoria Regional de Ensino, criada pelo artigo anterior, ficam criados, igualmente, um (1) Cargo em Comissão de Inspetor Regional de Ensino; um (1) Cargo em Comissão de Inspetor de Ensino Médio, e um (1) Cargo em Comissão de Inspetor de Ensino Primário.

Art. 3.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da dotação própria do Orçamento Geral do Estado.



Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-6-71.

aa) Cândido Manoel Martins de Oliveira - Presidente. — Maurício Fruct - Relator. — Wilson Brandão.

— REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 104-70, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Inspetoria Regional de Ensino, com sede no Município de Arapongas, com jurisdição em Arapongas e Sabaudia e dá outras providências. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 104-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado na conformidade da Lei n. 5.821, de 3 de agosto de 1.968, a criar (uma) Inspetoria Regional de Ensino, com sede no Município de Arapongas, com jurisdição em Arapongas e Sabaudia.

Art. 2.º — Para atender o disposto no artigo primeiro, fica o Poder Executivo autorizado a incluir no art. 6.º, da Lei n. 5.821, de 3 de agosto de 1.968, os seguintes cargos de provimento em Comissão: no inciso I, 1 (um) de Inspetor Regional de Ensino, símbolo 3-C; no inciso III, 1 (um) de Inspetor Regional de Ensino Médio, símbolo 6-C; no inciso IV, 1 (um) de Inspetor Regional de Ensino Primário, símbolo 14-C.

Art. 3.º — As despesas com a execução da presente Lei, correrão à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1.971.

aa) Cândido Martins de Oliveira - Presidente. — Maurício Fruct - Relator. — Wilson Brandão.

— REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 60-71, Mensagem n. 9-71 — encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva criar na Administração Indireta e Vinculada a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, a Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais. — (FIDES) — **Aprovado.**

— 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 100-70, de autoria do dep. Antônio Lopes Júnior, que eleva para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), a pensão mensal concedida à viúva Maria da Conceição Martins Azambuja e Souza, pela Lei n. 1.535 de 2 de dezembro de 1.953. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com Substitutivo Geral da Com. de Fianças. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

— 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 313-70, de autoria do dep. Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo, considerar de Utilidade Pública a Assistência Lar Esperança, da cidade de Londrina. — Parecer favorável da C.C.J.. — Anexo o Projeto de Lei n. 40-71, de autoria do dep. Antônio Belinati, tratando da mesma matéria. — **Aprovado.**

— 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 1-71, de autoria do dep. Francisco Escorsin, fica denominado Distrito Antônio Brandão de Oliveira, o atual São João situado no Município de Jataizinho, comarca de Uraí. — Parecer favorável da C.C.J.. — **Aprovado.**

— 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 39-70, de autoria do dep. An-

tônio Lopes Júnior, que concede o Título de Poeta Honorário do Paraná, ao Poeta Liberalino Estevam. — Parecer favorável da C.C.J.. — **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI N.º 39-70**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D e c r e t a :**

Art. 1.º — Fica concedido o título de Poeta Honorário do Paraná, ao poeta Liberalino Estevam.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.970.

a) Dep. Antônio Lopes Júnior

**JUSTIFICAÇÃO:** — Liberalino Estevam, cearense de nascimento, está em nosso Estado há 20 anos. E sempre fazendo versos. Versos de fácil comunicação, alguns deles já tornado folclore e passaram a ser repetidos de boca em boca. Criador dos personagens, Castilho e Marambaia, está hoje como matéria permanente na Gazeta do Povo, as famosas "Populiras". Ai, todos os acontecimentos notáveis de nosso Estado, são abordados com muito realismo e propriedade. A sua poesia que é poesia do povo, está no Canal 4 e no Canal 6, realiza curso desse gênero com audiência extraordinária.

Há tempo, realizou uma exposição de poesias, ocasião em que efetuou um leilão de versos, vendendo uma sextilha por hum mil cruzeiros novos e um soneto por quatrocentos. E o poeta da comunicação social e popular que o povo entende e gosta. Justo que se lhe dê o título de Poeta Honorário do Paraná.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI N.º 39-70**

Autor: Antônio Lopes Júnior.

Súmula: Concede título de Poeta Honorário do Paraná a Liberalino Estevam.

Neste Projeto, quer o seu ilustre autor, fundado em melhor justificativa, que o Estado conceda o título de Poeta Honorário do Paraná ao beletриста Liberalino Estevam.

O Projeto tem amparo legal, nada havendo que se lhe oponha, sendo esta Comissão favorável a sua aprovação. S.M.J..

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1.971.

aa) Wilson Brandão - Presidente. — Muggiati Filho - Relator. —

Emílio Carazzai. — Arthur de Souza. — Igo Losso. — Cândido

de Oliveira. — Armando Queiroz. — Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria dos srs. deputados, constante do Expediente, solicitando que esta Casa se faça representar na Exposição Agro-Pecuária de Assaí, a realizar-se nos dias 26 e 27 próximos, na cidade de Assaí. — **Aprovado.**

Esta Presidência designa os srs. deputados Jorge Sato e Francisco Escorsin, para representarem a Assembléia Legislativa do Estado na Exposição Agro-Pecuária em Assaí, nos dias 26 e 27.

Requerimento de autoria do sr. deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 28.º aniversário da Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja dirigido ofício ao sr. Secretário de Educação e Cultura, solicitando estudos daquela Pasta para implantação de pelo menos 100 canchas de esportes, nos estabelecimentos de ensino do Paraná. —

**Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Armando Queiroz, constante do Expediente, solicitando seja convidado o sr. José Francisco de Moura Cavalcanti, presidente do INCRA para, nesta Casa, proferir palestra sobre as atividades do órgão que preside. — **Aprovado.**

Requerimento de auto. do sr. deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja expedido ofício à Superintendência da Administração do Porto de Paraguá, formulando convite para que S. Exa. pronuncie palestra sobre os problemas administrativos com que se defronta e as expectativas daquele porto no contexto das exportações paranaenses. Em discussão.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Peço a palavra, sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica o presente requerimento com a sua discussão adiada para a sessão de amanhã.

Requerimento de autoria dos srs. deputados Fuad Nacli, Pinto Dias, Odilon Reinhardt, Aguinaldo Pereira Lima, Ovidio Franzoni e Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando seja constituída uma Comissão de Deputados para irem a Capital Federal e ao Rio de Janeiro, a fim de gestionar junto as autoridades competentes visando à liberação de cotas a referidos municípios.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Pôço a palavra, para discutir, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão do requerimento para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur e Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja informado ao sr. Governador do Estado das aspirações da população do Centro Oeste do Estado, especialmente a população do município de Guarapuava. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Wilson Brandão, constante do Expediente, solicitando seja dirigido apêlo ao sr. Diretor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, no sentido de que em ação conjunta com a Secretaria de Agricultura, enseje a execução de plano paisagístico. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 27-68. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Belinati, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para verificar as condições em que vivem as famílias às margens do rio Belém.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas indagaria da Mesa, quantas Comissões parlamentares estão constituídas no momento, porque não podemos ultrapassar o número que o Regimento prevê. Não tenho nada contra o requerimento, voto a favor do requerimento, mas apenas por uma questão regimental é que faço esta pergunta.

Neste caso, creio que a Comissão poderia ser constituída quando uma delas se extinguísse. Temos uma que está constituída mas logo terá seus trabalhos concluídos. Caso o número de Comissões estivesse suplantado talvez esta pudesse ser constituída após a extinção dessa outra.

Esta a pergunta que faço à Mesa.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa mandou verificar a questão de ordem levantada pelo deputado Arthur de Souza e tão logo tenha condições informará o nobre Deputado.

Esta Presidência tem "a honra e a satisfação excelsa" de anunciar a presença nesta Casa de Leis do Paraná do deputado Sílvio Barros, representante do Paraná e da grande cidade paranaense de Maringá na Câmara Federal.

Em votação o requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, apresentamos aqui um requerimento reforçando o trabalho que, normalmente, é feito pela área Municipal. Quando vimos um problema do âmbito municipal se alastrando e sem que tenha sido recebido a devida atenção, resolvemos transportá-lo para a área de nossa Casa de Leis. O requerimento refere-se ao rio Belém desta cidade.

As margens desse rio moram milhares de pessoas faveladas, pessoas que se sem a mínima condição de vida, morando em casebres. Nos dias de chuva aquelas favelas ficam totalmente inundadas, não há sanitários e os srs. Deputados devem estar a par que o esgoto de Curitiba se locomove também através do rio Belém. As pessoas, as crianças principalmente que moram nessas favelas às margens desse rio tomam banho nas suas águas carregadas de detritos; lavam suas roupas na água imunda do rio Belém e o que é mais grave e triste, é que aquelas crianças acabam bebendo aquela água contaminada, carregada de detritos.

Esta é, sr. Presidente, srs. Deputados, a situação desumana e castiga não de uma família, nem de duas e nem de dez, mas de centenas e quem sabe, até mesmo, de milhares de pessoas que ali estão. Muitas crianças às vezes não frequentam escolas por falta de melhor orientação; muitas famílias estão desprovidas de higiene porque as condições em que estão habitando aquele trecho de Curitiba não lhes permite uma vida melhor.

E vimos por um canal de televisão, o Canal 12, no seu programa "Maxi Show Mário Vendramel", a benemérita iniciativa de alertar os Podéres Públicos para este agravante problema da cidade de Curitiba, que em seu centro, possui arranha-céus magníficos, mas como em qualquer outra cidade quem sabe do mundo, ela tem o drama social da gente mais simples; daquele povo mais pobre.

E nós queremos, através desta nossa matéria, deste nosso requerimento, não fazer outra coisa senão reforçar a iniciativa de um programa de televisão, pois já foi até mesmo ressaltado aqui hoje, pelo nobre deputado Antônio Lopes Júnior, da importância que os programas devem ter em favor da cultura, em favor do desenvolvimento e bem estar do povo. E nós vimos então, ser um amparo, uma construção de casas populares, o amparo do Poder uma excelente iniciativa do Canal 12, e queremos que a Assembléia Legislativa se incorpore a este movimento para quem sabe o seu resultado possa Público Estadual, Federal e Municipal, aos moradores das margens do Rio Belém. Nós queremos na oportunidade dizer que ouvimos a questão de ordem levantada pelo ilustre deputado Arthur de Souza, a quem muito admiramos, com respeito às Comissões Parlamentares de Inquérito, que esta Casa já constituiu e por conseguinte este nosso requerimento não poderia no momento quem sabe, até mesmo ser aprovado, em virtude do elevado número de comissões constituídas e que, naturalmente, o requerimento teria que aguardar a sua oportunidade. Entendemos que o nobre deputado Arthur de Souza, que é a favor do amparo àquela gente, ele apenas levantou a questão de ordem com respeito as outras comissões já constituídas.

Terminando as minhas palavras, sr. Presidente, quero dizer que, na verdade, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná já constituiu diversas CPI, mas muitas delas não foram sequer instaladas, é o caso da própria CPI, requerida pelo ex-governador Paulo Pimentel e que até hoje não foi instalada, então uma Comissão desta natureza não existe. Mas, pelo Regimento, parece que são necessários 8 dias para a instalação de uma CPI. Todas as CPI requeridas aqui na Assembléia, perderam a sua validade, caducaram, porque

transcorreu o prazo e elas não foram instaladas. Agradeço a questão de ordem levantada pelo nobre deputado Arthur de Souza.

Era o que tínhamos a dizer com respeito a este nosso requerimento. —  
(Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, para uma questão de ordem, o nobre deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Apenas, sr. Presidente, para um sentido de colaborar com a questão de ordem levantada pelo nobre deputado Antônio Belinati, que o texto da Constituição, embora procure restringir o número de Comissões, não veda que a maioria decida, criando uma nova Comissão. O texto da Constituição diz o seguinte:

“Não será criada a CPI, enquanto estiverem funcionando concomitantemente, pelo menos cinco. Salvo deliberação por parte da maioria da Assembléia Legislativa”. Não há impedimento desde que a maioria assim entenda. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra uma questão de ordem, o nobre deputado Arthur de Souza.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Preliminarmente, para que não se entenda mal a questão de ordem que eu havia levantado, foi apenas uma informação que fiz à Mesa, e antecipadamente eu disse que o meu voto seria favorável à aprovação desta Comissão Parlamentar de Inquérito e disse isso na qualidade de Deputado, votado na Capital, conhecedor dos problemas de favelas em nossa cidade, entendo que os srs. Deputados tomando também conhecimento desses problemas com mais cuidado, porque irão participar de uma Comissão para isto designada, que um estudo deva ser feito, inclusive buscando-se subsídios junto à própria Prefeitura Municipal; pois já houve uma experiência em Curitiba, quando se quis exterminar as favelas, quando se quis dar um melhor aspecto a esta cidade. Então as favelas foram mudadas com o auxílio da Prefeitura e da Caixa de Habitação Popular, para a Vila Nossa Senhora da Luz. O que ali se estudou, se conheceu, a experiência que se adquiriu, há de servir para os estudos que esta Comissão forçosamente terá de fazer. Daí porque, esta Comissão ter-se-á de valer destes subsídios.

E o que queríamos dizer, quando encaminhamos a votação e quando adjuntamos que será o nosso voto favorável. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — A Presidência respondendo a Questão de Ordem levantada pelo deputado Arthur de Souza, informa ao nobre Deputado que foram criadas duas Comissões Parlamentares de Inquérito, podendo ainda serem criadas mais três.

O SR. WILSON BRANDÃO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente nós somos contra a formação da Comissão Parlamentar de Inquérito, porque não é só a CPI que há de colher dados, que não se conhece e se verifica por televisão. E há um precedente velho nesta Casa. Há poucos dias, para constrangimento do Paraná, um Desembargador do nosso Tribunal de Justiça, concedeu mandado de segurança suspendendo a vigência de uma Comissão de estudos baseada somente em fatos, ali em reportagens jornalísticas e de jornais suspeitos. Contudo, a televisão Paranaense, Canal 12, merece de nós uma grande consideração. Mas não é possível que se crie nesta Casa, pelos Deputados do Paraná, uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre um fato alegado por uma reportagem de canal de televisão. Conhecemos o rio Belém, apesar de aqui residirmos há pouco. Sabemos do estado das favelas que ali se concentram e, às vezes, lá não há nada para se ver do progresso vertiginoso que vai por esse Brasil, desta força indômita que leva a todos os brasileiros a se unirem num esforço incomum de elevar-

mos com brilhantismo a nossa Pátria. Não é possível que na Assembléia Legislativa do Paraná, venhamos a cometer uma grosseria de aprovar uma Comissão Parlamentar de Inquérito baseados por uma reportagem de televisão.

Temos uma sugestão a dar ao autor da C.P.I.. Ele poderá requerer uma Comissão Especial, externa, para verificar o que ali ocorre. Isto poderia ser feito por uma Comissão e sugerimos, então, ao Autor, que conserve a sua pretensão, através de um requerimento, para que se forme uma Comissão Especial Externa.

É o apêlo que fazemos. Porque C.P.I., pelo que sabemos, é coisa séria. O criminoso não sei se o Estado, se é a União, se é Presidente da República, ou se somos nós.

A favela existe e sempre existirá. A pobreza sempre existiu e sempre existirá. Crianças descalças sempre existiram e sempre existirão. Nós também fomos crianças, andamos de pés descalços, conhecemos as agruras que pairam sobre o povo. Entendemos perfeitamente as dificuldades dos bairros pobres. Compreendemos seus anseios, mas não é justo que, se tendo assumido, se venha pleitear C.P.I.. Para verificar crime de que? Crime social? Responsabilizar quem? Então nós todos somos responsáveis por esta situação.

Não vejo fator drástico. Passando pelo Estádio Durival de Brito, onde há um rio, não vi criança nenhuma bebendo água, não sei se contaminada. Sem provas não podemos confirmar coisa alguma, para que saia estampado nos jornais que aqui se cria C.P.I. para verificar a água suja de um rio que passa por nossa Capital.

Acredito que a sugestão que ora fazemos ao nobre Autor tem o caráter elevado de apoiar e dizer que votaremos, caso haja consideração de retirar o pedido de C.P.I., para que se requeira esta Comissão especial que irá "in loco", verificar o que se passa no rio Belém.

É uma sugestão. Caso o autor do requerimento não retire, nós, eu principalmente, votarei, com consciência e pela dignidade deste Poder, contra o requerimento. — (Sem revisão, do orador)

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento do sr. deputado Antônio Belinati. — Rejeitado.

Concedo a palavra, para explicação pessoal, ao nobre deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Para explicação pessoal Sr. Presidente, srs. Deputados.

Acontecimentos dos mais graves ocorreram no Estado do Paraná envolvendo polícias, proprietários e posseiros. É o velho conflito que se repete novamente, em nosso Estado. Acontecimento triste, estampado com destaque pela imprensa nacional, "Jornal Nacional", "O Estado de São Paulo", e "Jornal de Brasília", dando ciência, à opinião pública da Nação, de que, no Paraná, a questão da terra é ainda tão viva quando esteve no passado. A questão da terra ainda está suscitando problemas gravíssimos, na luta pela manutenção da posse. O posseiro que lá vive com a família, que lá produz ainda, vive na iminência de ser escorraçado.

E quando a imprensa nacional noticia esses acontecimentos, quando o Paraná todo tem conhecimento disto, não é justo que nós, da Assembléia Legislativa, permaneçamos de braços cruzados diante de tais acontecimentos, quando brasileiros perdem a vida na luta para manutenção e posse de seu quinhão de terra.

Por esse motivo, vou encaminhar à Mesa um requerimento pedindo a constituição de uma Comissão Especial Externa para averiguar, no município de Santa Helena, a veracidade destes acontecimentos, cuja extensão, cujas origens, devemos ter conhecimento, para que homens não percam suas vidas na luta pela manutenção da posse da terra.

É lamentável que isto aconteça, principalmente quando se anuncia que o Paraná está vivendo um clima de plena garantia e tranqüilidade. E vemos paranaenses atirarem em paranaenses, paranaenses que são despojados daquilo que supõem seja seu direito.

Então, sr. Presidente, fazendo estes comentários, fundamento a necessidade da constituição de uma Comissão para informar a todos os srs. Deputados, para informar com justeza a opinião pública nacional, porque, srs. Deputados, acontecimentos dessa natureza diminuem o conceito de nosso Estado, o conceito do Governo, e atingem, de certa forma, a todos nós, principalmente aos representantes do povo, com assento nesta Casa.

Assim, sr. Presidente, encaminho à Mesa o seguinte requerimento:

(Lendo): "O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a constituição de uma Comissão Especial Externa para averiguar acontecimentos relacionados com posseiros, proprietários e policiais, no município de Santa Helena, quando quatro pessoas perderam a vida.

Sala das Sessões, 22-6-71.

Assinado: Nivaldo Krüger."

Apelo aos srs. Deputados para que aprovem este requerimento e, consequentemente, a constituição dessa Comissão, para que se solucione problema de tamanha gravidade e para que retorne o conceito do Paraná atingido por notícias desta natureza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Estando ultrapassada a fase das deliberações, o requerimento do nobre deputado Nivaldo Krüger será apreciado na sessão ordinária de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outro para amanhã, dia 23, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

Redação Final — dos Projetos de Lei ns. 70-70, 147-70, 202-70;

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 1-71;

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 39-70;

1a. Discussão — dos Projetos de Resolução e de Lei n. 27-68 e 116-70.

Levanta-se a sessão.

#### ATAS DAS COMISSÕES:

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### 7a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO LEGISLATIVA

##### ATA DA 19a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e hum dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, às quinze horas, reuniu-se a Comissão de Redação Final. Sob a Presidência do senhor deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Maurício Fruet, apresentou Redação Final dos seguintes processos. PROJETO DE LEI N. 104-70 — de autoria do senhor deputado Abrahão Miguel, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Inspeção Regional de Ensino, com sede no município de Arapongas, com jurisdição em Arapongas e Sabaudia, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N. 30-71 — de autoria do senhor deputado Lázaro Dumond, que declara de utilidade pública, o Conselho Londrinense de Assistência à Mulher, sediado em Londrina. PROJETO DE LEI N. 60-71 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 9-71, encaminhando anteprojeto de lei que obje-

tiva criar a administração indireta e vinculado a Secretaria de Trabalho e Assistência Social, a Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais (FIDES). APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) CÂNDIDO M.M. DE OLIVEIRA  
Presidente  
LÉLIO GUIMARÃES SOTTO-MAIOR  
Secretário

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 104-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado na conformidade da Lei n. 5.821, de 3 de agosto de 1.968, a criar 1 (uma) Inspetoria Regional de Ensino, com sede no município de Arapongas, com jurisdição em Arapongas ou Sabaudia.

Art. 2.º — Para atender o dispositivo no artigo primeiro, fica o Poder Executivo autorizado a incluir no art. 60. da Lei n. 5.821, de 3 de agosto de 1.968, os seguintes cargos de provimento em Comissão: no inciso I, 1 (um) de Inspetor Regional de Ensino, símbolo 3-C; no inciso III, 1 (um) de Inspetor Regional de Ensino Médio, símbolo 6-C; no inciso IV, 1 (um) de Inspetor Regional de Ensino Primário, símbolo 14-C.

Art. 3.º — As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 21-6-71

aa) CÂNDIDO M.M. DE OLIVEIRA  
MAURÍCIO FRUET  
Relator  
WILSON BRANDÃO

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 30-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — É declarada de utilidade pública o Conselho Londrinense de Assistência à Mulher, sediado em Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 21-6-71

aa) CÂNDIDO M.M. DE OLIVEIRA  
MAURÍCIO FRUET  
Relator  
WILSON BRANDÃO

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 60-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica instituída a Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais (FIDES), com personalidade jurídica de direito público, sede e fóro em Curitiba e estatuto a ser aprovado pelo Governador do Estado, com o objetivo básico de promover o bem estar social, estimulando, apoiando e mantendo instituições que operem no setor, com finalidades semelhantes.

Art. 2.º — Passarão a integrar a Fundação, mediante a relação jurídica adequada, as seguintes instituições do setor público estadual:



I — Conselho de Assistência Social, instituído pela Lei n. 2.964, de 28 de novembro de 1.956;

II — Fundo de Assistência Social — F.A.S., instituído pela Lei n. 5.700, de 8 de novembro de 1.967;

III — Instituto de Assistência ao Menor, criado pela Lei n. 4.617, de 16 de julho de 1.962;

IV — Serviço de Imigração, criado pelo Decreto n. 12.603, de 12 de abril de 1.963;

V — Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, instituída pelo Decreto-Lei n. 646, de 19 de junho de 1.947;

VI — Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural F.A.T.R. instituída pela Lei n. 691, de 13 de setembro de 1.951;

VII — Assessoria Social, instituída pelo Decreto n. 4.003, de 4 de fevereiro de 1.967.

Parágrafo único — Outras instituições, mesmo do setor privado, a critério do Governador do Estado, poderão integrar a Fundação.

Art. 3.º — O patrimônio inicial da Fundação será constituído de uma doação especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), que lhe será feita pelo Poder Executivo.

Parágrafo único — Será acrescido do patrimônio inicial o acervo de instituições que por ato do Poder Executivo forem incorporadas à Fundação.

Art. 4.º — Constituem receita da Fundação, além dos recursos derivados do seu patrimônio:

I — renda líquida do serviço de loteria do Estado;

II — rendimentos decorrentes de aplicações em títulos de crédito;

III — dotações orçamentárias;

IV — auxílios, subvenções, doações, legados e empréstimos;

V — doações de sociedades de economia mista do Governo Estadual, concedidas por decisão das respectivas assembleias, obedecendo orientação do Chefe do Poder Executivo e oriundos de participação percentual dos lucros das empresas;

VI — recursos provenientes de incentivos fiscais, nos termos da legislação específica;

VII — rendas eventuais.

Art. 5.º — Serão obrigatória a inclusão, no estatuto da Fundação, das seguintes disposições:

I — Os bens imóveis, havidos pela Fundação, por doação ou por força de transferência do acervo de instituições que vierem a ser incorporadas, só poderão ser alienados por autorização legislativa;

II — composição de um Conselho de Curadores, órgão de controle financeiro, patrimonial e contábil da Fundação;

III — composição de um órgão executivo, constituído de um Presidente e de tantos Vice-Presidentes quantas sejam as instituições que passarão a integrar a Fundação, na razão de um para cada, todos escolhidos pelo Governador do Estado, em lista triplíce apresentada pelo Presidente da Fundação;

IV — No caso de extinção da Fundação, o seu patrimônio terá o destino que a lei determinar.

Art. 6.º — O ato constitutivo, o estatuto ou o regulamento das instituições relacionadas no artigo 2.º desta lei ou de outros organismos que passarem a integrar a Fundação, poderão ser alterados para melhor adaptá-los à entidade instituída por esta lei.

Art. 7.º — A aplicação de recursos provenientes de dotações orçamentárias consignadas às entidades relacionadas no artigo 2.º desta lei ou a outras que passarem a integrar a Fundação, dependerá da prévia aprovação dos órgãos de administração da mesma Fundação.

Art. 8.º — Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo

de 180 (cento e oitenta) dias para efetivar a integração das instituições à Fundação, bem como para extinção de órgãos do serviço público que em decorrência desta lei percam sua razão de ser.

Art. 9.o — A Fundação deverá gozar de autonomia financeira e administrativa, imune à tributação estadual, beneficiando-se dos privilégios legais atribuídos às entidades de utilidade pública estadual.

Art. 10 — A Fundação prestará contas globais, por exercício findo, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 11 — Para a execução do disposto no artigo 3.o desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), podendo para tanto cancelar recursos de idêntico valor, constantes do vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 12 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 21-6-71

aa) CÂNDIDO M.M. DE OLIVEIRA

MAURÍCIO FRUET

Relator

WILSON BRANDÃO